Apresentação

As discussões geradas a partir da luta dos movimentos feministas e LGBT têm influenciado as reflexões que se utilizam das categorias “mulher”, “mulheres”, “gênero”, “masculinidades” e “feminilidades” de forma interdisciplinar. Segundo a historiadora Joana Maria Pedro, no entanto, o campo historiográfico ainda tem apresentado certa resistência à incorporação das questões de gênero às suas pesquisas por considerá-las parte de uma “história militante”, não “científica”¹. O presente dossiê e tantas outras iniciativas de incentivo à utilização da categoria de gênero como ferramenta de análise pretendem colaborar para a desconstrução dessa perspectiva.

De acordo com o feminismo internacional, as categorias “mulher”, “mulheres” e “gênero” emergiram ao longo das últimas décadas nos países do norte. A categoria “mulher” foi incorporada às pesquisas historiográficas nos anos 1970, pensada como a identificação da unidade; “mulheres”, na década de 1980, para demarcar as especificidades e diferenças; e “relações de gênero”, nos anos 1990, como resultado da virada linguística. Contudo, nos países do Cone Sul essas categorias não seguiram essas “ondas de incorporação” às análises científicas. Joana Maria Pedro argumenta que tais categorias de análise chegaram ao Cone Sul em diferentes momentos e com um relativo atraso, se comparado aos países do norte. Todavia, percebe-se um fenômeno interessante nas pesquisas dos países do sul: ao passo que uma nova categoria foi sendo incorporada, as outras não foram preteridas, ocasionando, assim, uma pluralidade de reflexões sobre relações de gênero e história das mulheres.²

Torna-se relevante mencionar a expansão dos espaços de discussão das temáticas de gênero e história das mulheres nos meios acadêmicos nos últimos anos no Brasil. O Instituto de Estudos de Gênero (UFSC); o Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (UFBA); a Revista Estudos Feministas, de 1992; o Seminário Internacional Fazendo Gênero, fundado em 1994; o GT Gênero da ANPUH, de 2001; o Encontro Nacional de Gênero, promovido por tal GT; os livros *História das mulheres no Brasil*³ e *Nova História das mulheres no Brasil*⁴; a ampliação de mesas e seminários temáticos em eventos acadêmicos; dossiês em

¹ PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia brasileira. *Topoi*, v. 12, n. 22, 2011. p. 270.

² PEDRO, Joana Maria, op. cit., p. 277.

³ PRIORI, May Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

⁴ PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

revistas acadêmicas⁵, entre outras iniciativas, indicam a expansão e a consolidação de linhas de pesquisa voltadas para essas questões.

No presente dossiê, é possível perceber a simultaneidade de utilização dessas categorias de análise, conforme apontado por Joana Maria Pedro. O artigo “*Moda Church: performances e produções estéticas do vestir feminino em igrejas evangélicas cariocas*” procura entender o vestuário das mulheres protestantes como um elemento de distinção social. Assim, Rita Gonçalo faz etnografia em igrejas evangélicas da região metropolitana do Rio de Janeiro para perceber como os modos de distinção contribuem para o entendimento do corpo feminino como significado social.

Em “Amores iguais: um olhar sobre a homoafetividade feminina nas narrativas de Cíntia Moscovich”, Ana Luiza Almeida analisa o modo como a escritora Cíntia Moscovich constrói suas personagens com inclinações homoafetivas a partir de algumas de suas produções literárias. Almeida busca atentar para as subversões às normas discursivas propostas por essas narrativas.

Bruna Farias Machado busca desconstruir o discurso do machismo institucionalizado, que muitas vezes se expressa em nossa sociedade como humor, no artigo “Estudos de masculinidade: a crise masculina, a masculinidade hegemônica e a paternidade em *Onde estão os ovos?*, de Fabrício Carpinejar”. Ela problematiza a crônica do escritor publicada em 2016, em seu blog, que reproduz a ideia de que os homens não têm instintos paternais e que esses instintos estão sempre presentes nas mulheres.

Em “Ditadura civil-militar no Brasil e a ordem de gênero: masculinidades e feminilidades vigiadas”, Natanael de Freitas Silva faz uma reflexão sobre a repressão e a censura praticadas contra homens e mulheres que não se adequavam à ordem de gênero da época pelos “defensores da ‘moral e dos bons costumes’”, como ele destaca. Para isso, ele discute a questão de gênero e sexualidade na historiografia do período.

Em “Direitos e deveres das ‘blusas verdes’ na Ação Integralista Brasileira: ‘a mulher tem direitos do seu sexo e direitos da sua vocação’”, Helisangela Maria Andrade Ferreira discute a participação das mulheres pernambucanas nos núcleos integralistas do estado na década de 1930. Partindo da análise da documentação presente no Departamento de Ordem Política e Social, ela reconstrói o imaginário integralista em relação ao papel das mulheres na sociedade.

Neilton dos Reis parte de entrevistas com jovens egressos do Ensino Médio que possuem identidade não binária para o gênero e de uma roda de conversa sobre gênero, sexualidade e movimento estudantil realizada em maio de 2016, para compor o artigo “Movimento estudantil: identidades sexuais e de gênero em trânsito”. Reis destaca que

⁵ Dossiê Perspectivas de gênero nos mundos do trabalho. *Mundos do Trabalho*, v.1, n. 2, 2009; Dossiê Gênero e sexualidade no espaço escolar. *Estudos Feministas*, v. 19, n. 2, 2011; Dossiê Gênero, sexualidade e Direitos Humanos. *Emblemas*, v. 10, n. 2, 2013; Dossiê História e Gênero. *Revista Cantareira*, ed. 24, 2016.

“a forma de identificação é também uma forma de resistências e combate a uma matriz, na qual essas pessoas não estão contempladas – ou pior, que lhe causa violências.”⁶

Louisa Acciari também parte de entrevistas qualitativas, somadas às observações em sindicatos de domésticas de São Paulo, Campinas e Rio de Janeiro para analisar as divergências de percepção sobre o emprego doméstico entre as trabalhadoras domésticas sindicalizadas e não sindicalizadas. Em “ ‘Foi difícil, mas sempre falo que nós somos guerreiras’ – O movimento das trabalhadoras domésticas entre marginalidade e empoderamento”, Acciari sugere que existe um “efeito sindical” por meio do qual as trabalhadoras mudam sua percepção de si mesmas e da categoria, transformando elementos de opressão em luta coletiva.

Em “Poder e igualdade de gênero: políticas de cotas para mulheres nos países da América Latina”, Bárbara Lopes Campos e Luisa Novais Tolledo analisam tais políticas voltadas para os cargos legislativos e seus impactos no processo de empoderamento do gênero feminino neste setor. Para isso, utilizam casos empíricos e de sucesso quanto às cotas para mulheres no parlamento dos seguintes países: Bolívia, Cuba, México, Equador, Nicarágua, Argentina e Costa Rica, a partir de estudos, pesquisas e levantamentos realizados pela União Interparlamentar (IPU) e pelo *Quota Project*.

Esta edição também traz artigos de temática livre. Mélodi Ferrari traça um panorama histórico das políticas culturais relacionadas aos museus em nosso país, discutindo os modelos de gestão através de organizações sociais (OS) e modelos de financiamento via incentivos fiscais e via *endowment* no artigo “Políticas culturais em museus: panoramas e perspectivas do cenário brasileiro”.

Em “A criação da Escola de Paraquedistas (1945)”, Claudius Gomes de Aragão Viana narra a criação e o desenvolvimento da Brigada de Infantaria Paraquedista do Exército Brasileiro, abordando os antecedentes, as ações para tal criação e principais personagens. Para isso, o autor pesquisa relatórios militares, mas também jornais e revistas da época. Aliás, é na imprensa, ele revela, que se encontram as primeiras referências à criação das tropas de paraquedistas e chama a atenção para os silêncios da narrativa oficial militar, divulgada e registrada institucionalmente.

Voltando-se para o século XIX, Rafael Augusto Gomes e Luiz Francisco Albuquerque de Miranda analisam os relatos sobre índios na América portuguesa por um viajante e naturalista em “Auguste de Saint-Hillaire e a civilização indígena: conquista ou filantropia?”. Observando comentários despretensiosos, análises e projeções, eles investigam o projeto civilizador de Saint-Hillaire e sua relação com as representações das sociedades indígenas americanas formuladas por cientistas e filósofos de sua época, problematizando os limites do olhar europeu.

Já Crislayne Fátima dos Anjos recua mais no tempo no artigo “O *Malleus Maleficarum* e o pensamento inquisitorial: o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição e suas conexões com o cotidiano e cultura de uma época (século XV)”. A autora explora a

⁶ REIS, Neilton dos. Movimentação estudantil: identidades sexuais e de gênero em trânsito. *Mosaico*, v. 7, n. 11, p. 106-123.

construção do imaginário do Diabo na sociedade católica europeia no século XV como um “agente ativo e interessado” em promover mudanças, desgraças e guerras.

Em entrevista à *Mosaico*, a Professora Dra. Fabiane Popinigis aborda a utilização da categoria de gênero em suas pesquisas no campo historiográfico, trata da ampliação da circulação dos estudos de gênero em eventos acadêmicos, da importância de se discutir as questões de gênero fora do ambiente universitário, como em escolas de formação básica, por exemplo, entre outras temáticas.

Esperamos que a leitura seja prazerosa e que estimule o debate acerca dos temas propostos, bem como impulsione a produção de novas pesquisas que pautem as questões de gênero. Desejamos a todos uma excelente leitura!

Ana Paula Teixeira
Isabelle Pires

Conselho Editorial

<http://dx.doi.org/10.12660/rm.v7n11.2016.64786>